

Enfim, a Vitória: 26% tá no bolso

Uma vitória histórica, depois de 12 anos de muita luta. Esta semana foram creditadas na conta dos servidores técnico-administrativos da UFG as parcelas referentes à ação movida pela Asufego, no início da década de 90, que reivindicava o índice de 26,5%, referente ao Plano Verão. O precatória 049 foi encaminhado à SOF - órgão administrativo do TRT - para atualização de valores e, posteriormente, aconteceu o depósito na conta bancária da 1ª. **Vara do Trabalho de Goiânia.**

O Sint-UFG preparou a relação contendo o nome e os dados bancários dos integrantes da ação. O pagamento foi realizado por via bancária. O objetivo do sindicato era que o crédito fosse liberado diretamente na conta do servidor. O TRT, através da 1ª. Vara do Trabalho, fez a conferência de todos os nomes e, em seguida, promoveu a realização dos descontos (Imposto de Renda, INSS e honorários advocatícios). O Sint-UFG providenciou para que cada servidor tivesse acesso a extratos individuais para a conferência dos valores recebidos, com a discriminação dos descontos legais efetuados.

O valor bruto da ação foi de R\$ 12.307.154,00 (doze milhões, trezentos e sete mil e cento e cinquenta e quatro reais). Desse total, aconteceram os seguintes descontos: a Receita Federal fez a retenção, a título de pagamento do Imposto de Renda, do valor de R\$ 2.635.174,32 (Dois milhões, seiscentos e trinta e cin-



Essa conquista demonstra que vale a pena lutar!

co mil e cento e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos); o INSS do empregado recebe R\$ 436.993,73 (quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e três centavos).

Sobre o valor total também incidirá o desconto de 5% referente aos honorários advocatícios, sendo que destes 2% será para o Sint-UFG e 3% serão divididos igualmente entre os advogados que efetivamente atuaram na demanda: Dra. Patrícia Domingues Curado, Dr. Carlos Eduardo Ramos Jubé e Iunes Advogados S/C.

É importante esclarecer que o Sint-UFG, durante todo o tempo, realizou inúmeras tentativas para que o depósito desses valores acontecesse diretamente na conta dos servidores. No entan-

to, o juiz responsável pelo processo não autorizou esse procedimento. Por essa razão, o depósito foi na conta do Sint-UFG. Diante dessa situação, o sindicato arcou com o pagamento integral da CPMF, que ficou em pouco mais de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais). Esse valor incidiu sobre o total bruto do processo.

Politicamente, essa conquista tem um significado muito grande. Ele comprova que não podemos desacreditar de nossa luta, de nossos sonhos. A justiça demorou, mas acabou reconhecendo um direito líquido e certo de nossa categoria. Na verdade, esse desfecho é um grande alento para as nossas lutas, porque é a comprovação de que não podemos desanimar. Vale a Pena Lutar!

É hora de lutar e agir!

Estamos vivendo um momento particularmente importante na história do movimento sindical. A eleição de um governo progressista não garante, automaticamente, as nossas conquistas e os nossos direitos. Seria uma grande ilusão pensar o contrário. A ofensiva do imperialismo aumentou sobre o nosso País. Os trabalhadores organizados em sua Central Sindical, em suas federações, sindicatos e partidos políticos devem continuar tendo uma posição ativa, corajosa e destemida.

As chamadas Reformas que o governo pretende implementar, da forma como estão sendo colocadas, são lesivas aos trabalhadores e ao povo brasileiro. A resistência faz-se necessária. As nossas armas já são conhecidas: a nossa mobilização, determinação e vontade de lutar pelo que consideramos justo e legítimo. Particularmente, não concordamos com a Reforma da Previdência. Consideramos inaceitável:

- Que seja aumentada a idade mínima para aposentadoria, dos atuais 53 anos para homens, que passaria para 60 anos; e dos atuais 48 anos para mulheres, que passaria para 55 anos;

- Que o benefício de pecúlio (pensão) deixe de ser integral e passe a ser de, no máximo, 70% do último salário;

- Que os aposentados e pensionistas sejam taxados sobre a parte de sua aposentadoria que ultrapassar o limite de isenção do IRPF (R\$ 1.058,00) em 11%;

- Que a aposentadoria integral dos servidores seja revogada, com a criação de um teto de benefício de 10 salários mínimos, o que hoje representa R\$ 2.400,00, abrindo terreno para Fundos de Pensão Complementares que especularão com recursos que até hoje são patrimônio da Previdência Pública;

- Que sejam mantidas para os trabalhadores da iniciativa privada as regras da nefasta "reforma" iniciada por FHC, como



Reformas: a resistência faz-se necessária

o "fator previdenciário", sem o direito à aposentadoria integral, e também com a cobrança de inativos.

Estes pontos, todos sabemos, fazem parte da Carta de Intenções do FMI. Por isso, estão sendo apoiados pelos governadores (especialmente do PSDB, PFL e PMDB) que desejam a continuidade da política de FHC, derrotada nas últimas eleições presidenciais. Não foi esta a vontade política do nosso povo claramente manifestada no último pleito.

Exigimos uma ampla discussão sobre as reformas, em especial, sobre a Previdenciária. Entendemos que essa reforma não pode ser analisada sob uma ótica meramente técnica e fiscal. Ela deve ter, sobretudo, a marca da inclusão social, da preservação e ampliação de direitos.

Para tanto, é necessário que observemos os seguintes aspectos: Regime Geral de Previdência Social; Auditoria das contas da previdência; Reforma do RGPS garantindo o caráter de inclusão com ampliação da cobertura para idosos urbanos, desempregados e trabalhadores dos setores informais; suprimir do texto constitucional a permissão para a privatização do seguro trabalho; teto do RGPS em salários míni-

mos e recuperação do poder aquisitivo dos aposentados, através de índices que reponham perdas e a inflação.

Além destas questões, também é necessário lutar pela defesa da previdência privada pública, de repartição e solidária; extinção do fator previdenciário; criação de um previdência complementar pública para todos os cidadãos vinculados ao RGPS; pelo Regime Próprio dos Servidores; pela imediata votação da Lei que define o teto de remuneração dos três poderes para acabar com aposentadorias privilegiadas; e pela manutenção da aposentadoria integral para servidores públicos.

A reforma da Previdência é a mais controvertida da agenda governamental. Ela não pode ser aprovada sem uma ampla discussão dos diferentes segmentos da sociedade. Para que isso não aconteça, temos que nos mobilizar. Por isso, estamos marcando paralisações e podemos, inclusive, recorrer à Greve Unificada. É importante que todos os trabalhadores estejam conscientes da gravidade do momento que estamos vivendo. Sem muita luta, não conseguiremos evitar um enorme retrocesso. Por isso, é hora de agir e de lutar!

Confira o andamento de outras ações do Sint-UFG

■ FGTS

A Caixa Econômica Federal, apesar dos noticiários vinculados sobre a sua desistência de eventuais recursos, vem utilizando todos os meios para tentar dificultar o recebimento de nosso crédito.

Acreditamos que a intenção da CEF é ganhar tempo, pois insiste em teses superadas nos outros recursos.

Nos embargos à Execução a CEF, além de outras teses, pede a retirada das pessoas que aderiram ao acordo, bem como daqueles que receberam por outros processos. O SINT/UFG, embora não citado, está finalizando a sua resposta.

Não podemos deixar de mencionar que o dinheiro encontra-se depositado em juízo, para garantir a execução.

Vale lembrar que é nos embargos à execução onde existe a definição sobre o crédito pleiteado.

■ 3,17%

O SINT/UFG obteve decisão reconhecendo o direito pleiteado ao reajuste correspondente a 3,17%.

Ambas as partes (SINT e UFG) recorreram da decisão, uma vez

que houve o entendimento por parte do Juiz que deveria ser aplicada a prescrição de parcelas, bem como a previsão de juros de 6% ao ano, ao invés de 12%, diminuindo significativamente o crédito dos substituídos.



■ 28,86%

O processo encontra-se em fase de liquidação, onde estão sendo providenciadas as fichas financeiras dos associados para que, em breve, possam ser efetuados os cálculos dos créditos resultantes dessa demanda.

■ Revisão anual de remuneração

Ajuizada recentemente (final do ano passado), a ação foi distribuída à 2ª Vara Federal, sendo que a União Federal foi citada para apresentar defesa em 04/04/2003.

Em abril passado os servidores públicos federais obtiveram outra importante vitória na Justiça no que diz respeito à demanda judicial em que pleiteiam indenização por ausência de revisão geral de remuneração.

Por unanimidade, a Terceira Turma do Tribunal Regional da 4ª Região (RS-SC-PR) reconheceu o direito aos reajustes de 3,19% em junho de 1999, 4,47% em janeiro de 2000, 5,27% em janeiro de 2001 e 9,44% em janeiro de 2002, reformando, assim, para melhor a decisão de primeira instância.

Esse Tribunal tem sido o primeiro a julgar a controvérsia e sua Quarta Turma já havia decidido anteriormente no mesmo sentido.

Considerando que as demandas de servidores públicos federais da região sul são encaminhadas somente para o julgamento destes dois órgãos, a posição deste Tribunal não deverá ser revertida.

Os outros TRF's ainda não se pronunciaram acerca do tema.

(Fonte: Informe Jurídico do Sint-UFG - Iunes Advogados)

Plenária da Fasubra aprova plano de luta para servidores

Sint-UFG convoca Assembléia Geral para o dia 21/05, na Faculdade de Educação

Os servidores vão promover manifestações nos dias 14 e 15 de maio. A deliberação foi um dos pontos aprovados na Plenária da Fasubra, que aconteceu nos dias 8 e 9 de maio, em Brasília. O evento contou com a participação de 38 entidades de base, com um total de 94 delegados e 15 colaboradores. O Sint-UFG foi representado pelas companheiras Maria Lucimar dos Santos, Joana Rosa e Elena Bonfim.

Ficou definido também a realização de manifestação em Brasília no dia 28 de maio, além de atos no Congresso Nacional nesse mesmo dia. Também foi aprovada a indicação de greve do funcionalismo público para a segunda quinzena de junho, contra a Reforma da Previdência. Foi, ainda, reafirmada a nossa proposta de política salarial: isonomia, correção das distorções salariais através de planos de carreiras.

Outro ponto aprovado foi o adiamento, para setembro, do Confasubra. O local será definido entre o Paraná ou Minas Gerais (Belo Horizonte). No dia 11 de junho também será realizada outra Caravana a Brasília. Ficou acertada a realização de assembleias semanais na base da categoria para acompanhar as negociações na mesa central e no MEC e a Reforma da Previdência.

Nos dias 2 de junho e 13 de junho serão realizadas Plenárias dos SPF's em Brasília. Também no dia 12 de junho acontecerá Plenária da Fasubra, na capital federal. Nessas plenárias será



Novas manifestações contra a reforma da previdência estão previstas para maio

avaliado o grau de paralisação e mobilização da categoria, tendo em vista a construção da greve unificada.

O GT Saúde e Seguridade será convocado e poderá até ser ampliado para que outros companheiros possam contribuir com as discussões sobre Seguridade Social. O objetivo é sistematizar uma proposta de Reforma de Pre-

vidência que possa ser amplamente discutida na base. Essa discussão será pautada pelos seguintes parâmetros: previdência pública solidária, formação de conselho quadripartite, realização de auditoria na previdência, desvinculação dos recursos da previdência do Orçamento da União e reformulação dos mecanismos gerais da Previdência.

Expediente

Coord.Sindical - Honorio Angelo da Rocha
Coord.Sind.Adjunto - João Alcione Cardoso dos Santos

Coord.Adm.e Finanças - Maria Lucimar dos Santos
Coord.Adm.e Finanças Adjunto - Joaquim Leite de São José

Coord.Social - Eduardo Marques dos Santos
Coord.Social Adjunto - Osmar Alves de Souza

Coord.Formação Pol.e Sindical - Vera Lucia G. Alves Arruda
Coord.Formação Pol.e Sind.Adjunto - Cleodetes Pereira dos Santos

Coord.Imprensa e Divulgação - Valdete Ferreira de Souza
Coord.Imprensa e Divulgação - Edvaldo Claudino de Lima

Coord.Aposentados e Pensionistas - Joana Rosa Mendonça

Coord.Aposentados e Pensionistas Adjunto - Elena B. Xavier

Sec.Organização e Adm.do Clube - Tertuliano Francisco de Lima de Neto

Sec.Organização e Adm.do Clube Adjunto - João da Cunha Lima

Sec.Assuntos Jurídicos e Trabalhistas - Edilberto Dionísio de Assis

Sec.Assuntos Jurídicos e Trabalhistas Adjunto - Deusair Rodrigues dos Santos

Sec.Esporte e Cultura - Luis Mauro de Souza

Sec.Esporte e Cultura Adjunto - Marcell Rosa da Silva

Jornal do Sint-UFG é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

Edição:



E-mail: interat@interat.com.br

Fones: 587-1134 - 587-1406

Jornalista Responsável:

Francisco Barros/GO00624-JP

Arte-Final:

Gaspar Pereira

Fotolitos e Impressão:

Gráfica O Popular

Fale com o Sint-UFG

Fone: 261-4465 - Fax: 261-2149

Av. das Nações Unidas, nº 1213

St. Universitário - Goiânia-GO